



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 10 | Nº. 18 | Jan./Jun. de 2018

**José Antônio dos Santos**

*Doutor em História das  
Sociedades Ibéricas e  
Americanas na Pontifícia  
Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul (2011).  
joseants@hotmail.com*

## EM DEFESA DA “CLASSE DOS HOMENS DE COR”: o exemplo nas trincheiras do jornalismo da diáspora

---

### RESUMO

O artigo se detém em dois aspectos relativos à fundação do jornal O Exemplo, em Porto Alegre, em 1892. Primeiro, problematizar os limites da identificação étnicorracial como “classe dos homens de cor”, segundo, identificar os principais expedientes que se voltaram para a mobilidade social ascendente daqueles que estiveram envolvidos com a sua fundação e manutenção. O jornal foi criado para divulgar os eventos sociais e as principais questões dos “homens de cor” sul-riograndenses. O projeto se manteve por meio de denúncias públicas de racismos e preconceitos, e com iniciativas voltadas à integração e ascensão social daqueles que se envolveram com o semanário até o início de 1930.

**Palavras-chave:** Imprensa negra. Mobilidade social. Classe dos homens de cor.

---

### ABSTRACT

The article dwells on two aspects related to the founding of the newspaper The Example, in Porto Alegre in 1892. First, discuss the limits of étnicorracial identification as "class of men of color," according identify the expedients used for upward social mobility. The journal was created to promote social events and key issues of the "men of color" South Rio Grande. The project is maintained through public accusations of racism and prejudice, and initiatives aimed at integration and social advancement of those who were involved in the weekly maintenance until early 1930.

**Keywords:** Black press. Social mobility. Class of men of color.

## Introdução

Conforme o primeiro editorial de apresentação do jornal *O Exemplo* informava, o “programa” que deveria ser perseguido pelos seus fundadores era o seguinte: “O nosso programa é simples e podemos exará-lo em duas palavras: a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos”.<sup>1</sup>

É a partir do que nos aponta o texto fundador do hebdomadário porto-alegrense que definiremos o escopo desse artigo em dois aspectos. Primeiro, vamos problematizar os limites da identificação étnicorracial dos redatores e do público alvo do jornal como “classe dos homens de cor”; segundo, identificaremos os expedientes utilizados em direção à mobilidade social ascendente por aqueles que se lançaram ao projeto coletivo de fundação e manutenção do periódico. Finalmente, em caráter exploratório, vamos pontuar algumas questões relativas ao diálogo dos jornalistas gaúchos com a diáspora africana.<sup>2</sup>

## Superar a “mácula da cor e do trabalho manual” em busca da unidade política

Aqueles que escreveram o editorial de fundação d’*O Exemplo* admitiam a condição simples e recém-letrada, demonstravam certo ar de humildade forçada que era comum entre os pretendentes aos foros intelectuais da época. Eles possuíam “conhecimentos” que já lhes davam condições de destaque em relação à grande maioria da população analfabeta de Porto Alegre. Ao afirmarem o objetivo de aperfeiçoarem os “nossos medíocres conhecimentos”, ratificavam, com o uso do pronome, a escolha por um grupo social específico – os negros letrados. Igualmente, adiantavam uma das principais preocupações da imprensa negra brasileira ao longo de boa parte do século XX: o problema da falta de acesso à instrução.

A instrução era entendida como a capacidade de saber ler, contar e escrever. Naquele mundo que se industrializava, tinha também a acepção de aprimoramento técnico necessário para ocupar o mercado de trabalho. O músico, o carpinteiro, o pedreiro, o marceneiro, o sapateiro, o alfaiate, o agricultor, todos

---

<sup>1</sup> (O Exemplo. Porto Alegre, domingo, n. 1, 11/12/1892.)

<sup>2</sup> Estudos recentes, como o de Flor (2017), têm avançado nas discussões com relação aos usos da categoria diáspora africana, não será esse o caso do presente artigo que no correr do texto dará conta do mesmo.

enfim, precisavam dos conhecimentos advindos da instrução, primária que fosse, para melhorar seus afazeres cotidianos. Para as “classes populares” a instrução representava a possibilidade de superação das barreiras que restringiam os afazeres como artífices manuais. Poderia significar a superação das condições de trabalhador braçal que remetia à escravidão, abriria perspectivas para ocupar novas posições sociais no mercado de trabalho, ou ocupar espaço como “homens letrados” em lugares vistos como intangíveis aos preconceitos e discriminações. Eram expectativas consoantes com os primeiros anos depois do 13 de maio, haviam se passado apenas quatro anos da abolição.

Em 13 de maio de 1927, portanto mais de trinta anos depois da fundação de *O Exemplo*, o jornal *O Astro*, de Cachoeira do Sul, trazia no seu primeiro número a definição de que era “simples órgão social do elemento de cor desta cidade e correspondia “a uma justa aspiração da classe dos homens pretos”. A escolha do dia 13 de maio para lançamento do jornal não foi à toa, a efeméride era muito comemorada com bailes e atividades culturais no meio negro sul-rio-grandense, também identificava os leitores preferenciais definidos pelos fundadores. A predileção pela data sugere o aproveitamento comercial do dia em que os negros estavam reunidos para comemorar a abolição da escravidão e, possivelmente, a distribuição e divulgação do jornal fosse facilitada.

A apresentação do “programa” d’ *O Astro* vinha estampada em quadro com bordas pretas no centro da primeira folha e terminava com a seguinte exortação: “A classe agora que nos ampare.” Era a afirmação pública da tentativa de criar laços e compromissos com os leitores preferenciais que almejavam atingir com a publicação. Os redatores buscavam o apoio “da classe dos homens pretos” para a perenidade da proposta editorial. Inicialmente dirigido para os negros da cidade de Cachoeira do Sul, o bimensário foi, ao longo de um ano de existência, – de 13 de maio de 1927 a 13 de maio de 1928 –, cada vez mais recheado com “notas sociais” publicadas pela população da cidade vizinha, Rio Pardo. Durante o período, o quinzenário também circulou na capital e pela região central do Rio Grande do Sul, as principais cidades, Cruz Alta, Santa Maria e Santa Cruz, mantiveram “correspondentes” e assinantes.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Havia manifestações recorrentes para que os assinantes pagassem as mensalidades que eram, junto com as publicações das “notas sociais” de casamentos, mortes, nascimentos, jogos de futebol e festas, as principais rendas para manutenção do jornal. Ao longo de um ano houve poucos anúncios comerciais,

A referência à “nossa classe”, conforme identificada nos editoriais dos jornais *O Exemplo* e *O Astro*, faz nítida menção à “classe dos homens de cor preta”. A representação coletiva proposta pelos articulistas buscava atribuir uma identidade étnica e cultural ao grupo fundador e aproximá-lo dos interesses das comunidades negras das suas respectivas cidades. Mesmo consideradas as diferenças entre as datas das fundações dos dois jornais, – do imediato pós-escravidão ao final dos anos de 1920 –, as vinculações políticas e os interesses daqueles que estavam à frente dos periódicos, havia a necessidade imperiosa de se vincularem há algum grupo, classe, raça ou identidade específica. O território do Rio Grande do Sul, desde o início da delimitação da fronteira entre os impérios de Portugal e Espanha, foi marcado por processos de disputas e fricções interétnicas entre europeus, povos indígenas, africanos escravizados e seus descendentes.

Nos anos seguintes, principalmente, de 1875, até as primeiras décadas do século XX, o Estado passou a ser ocupado por sucessivas levas de imigrantes italianos, alemães, espanhóis, judeus, portugueses e poloneses que diversificaram a composição etnicorracial e tornaram mais tensas as disputas políticas e sociais. Dissensões que se davam não apenas em termos materiais no sentido de acesso à terra, ao mercado de trabalho e à educação, mas também nos debates intelectuais sobre a ideologia racial e a política de branqueamento. Muito embora, tenhamos plasmado ideias e imagens do Rio Grande do Sul como uma porção branca, democrática e igualitária do Brasil, naquela época já tínhamos discussões acaloradas sobre esses assuntos. Os redatores da imprensa negra gaúcha fizeram parte deste processo, e, da mesma forma que os imigrantes e demais grupos, acionaram as categorias de cor, raça e classe, não de forma essencializada, mas conforme as circunstâncias políticas e sociais e seus próprios interesses.<sup>4</sup>

A definição pela “classe dos homens de cor preta” foi a tentativa de assegurar certa homogeneidade fenotípica a partir das percepções de cor, que poderia reverter em ganho político àqueles que se aglutinavam ao redor dos periódicos. Embora letrados e em melhores condições sociais que a maioria dos

---

geralmente restritos aos meios negros das cidades de Cachoeira do Sul e Rio Pardo, onde o bimensário mais circulava.

<sup>4</sup> Nesse sentido, ver o artigo de Xavier (2013), a autora comparou os debates sobre raça, classe e cor realizados, em 1914, pelos intelectuais presentes ao I Congresso de História Nacional, com os artigos dos redatores do jornal *O Exemplo*.

negros, os responsáveis pelos jornais não deixavam de ser vistos como inferiores aos olhos de boa parte da sociedade. Eles carregavam consigo a mácula da cor e do trabalho manual do período anterior, mas atribuíam ao grupo uma nova categoria de representação. Usavam aquele expediente para se representarem como lideranças que serviriam de “exemplos” a ser seguidos, ou “astros que iluminariam” os cérebros atrasados. Os redatores estavam imbuídos da “missão civilizadora” que era comum aos jornais da época, e buscavam afinidades étnicas com os “irmãos de infortúnio” ao mesmo tempo em que construíam certa respeitabilidade naquelas cidades que eram hostis ao protagonismo dos “descendentes da senzala”.

Os termos preto, pardo, mulato, crioulo e negro, foram cunhados originalmente pelos senhores para designar os escravizados e os libertos, e foram utilizados de forma confusa por toda a sociedade brasileira para dividir aqueles que tinham uma mesma origem africana.<sup>5</sup> Desde o Império, a elite política legislava para que os “homens de cor livres, libertos e de cor preta” não formassem “classe separada” do restante da população pobre. Os escravos não tinham o direito de associar-se de forma independente, sem o controle dos padres e dos senhores. Segundo os legisladores, se aqueles grupos formassem classes distintas entre si, eles podiam criar os “inconvenientes dos antagonismos social e político”. Afinal, como convinha à harmonia social e ao bom relacionamento entre os brasileiros, eles tinham o direito de fazer parte de qualquer associação nacional, mas não o direito de criar as suas próprias associações representativas.

Durante a Primeira República, passou a ser muito comum a divisão social em “classes” de interesses de todo tipo, que eram formadas por motivos os mais diversos. Assim, tinha a “classe dos comerciantes”, a “classe dos homens de letras”, “a classe dos tipógrafos”, “a classe dos operários”, dentre outras, que foram criadas em defesa dos interesses profissionais ou econômicos de determinados grupos. As “classes perigosas”, por outro lado, foram representadas pela elite intelectual e política como sendo formadas pelos pobres, iletrados, rudes e sem

---

<sup>5</sup> Com essas expressões o Conselho de Estado do Império indeferiu, em parecer de três de seus conselheiros, datado de 16 de janeiro de 1875, a organização da Associação Beneficente de Socorro Mútuo dos Homens de Cor do Rio de Janeiro devido às irregularidades na elaboração do seu estatuto. O documento foi citado em Gomes (2005, p. 8-9).

instrução. Segundo esse entendimento, os perigosos eram, na sua maioria, os “descendentes da senzala” que estavam propensos à todo tipo de contravenção.

Os intelectuais da imprensa negra gaúcha, embora com sérias dissensões entre eles, buscavam a unidade da “classe dos homens de cor”, contrariavam representações elitistas e afirmavam os princípios republicanos do direito à organização. Isso se dava, em boa parte, pelas “heranças comuns” que reconheciam entre si e com aqueles que se diziam representar, mas também por uma série de interesses individuais que eram compartilhados no sentido da conquista de melhores condições socioeconômicas.

A “classe” a que se referiam era diferente da classe operária, embora possamos dialogar com a concepção de classe proposta por Thompson (1987, p. 10), a saber:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus.

Obviamente, Edward Thompson estava interessado na formação do movimento operário inglês e descrevia o “fazer-se” da classe operária do seu país. Imerso no revisionismo marxista e limitado por ideias em torno das “relações de produção” a sua preocupação era outra. A minha intenção, sem ser extemporâneo ao aproximar tempos e realidades diferentes, é entender as categorias explicativas que definem a cor no sentido da construção da identidade, no quadro das relações raciais brasileiras daquele tempo.

O conceito de identificação, conforme usado por Hall (2000), parece-me uma saída adequada para rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas. Construída sobre bases comuns que reconhecem as mesmas origens, ideais e características culturais que são partilhadas, a identificação é um processo de articulação incompleto em que as identidades étnicas se concretizam na contingência das disputas. Como as identidades são construídas dentro e não fora dos discursos, a tentativa é de circunscrevê-las no interior do jogo das diferenças daquela sociedade racializada. Tanto aqueles que se assumiam como “negros” assim como os que se identificavam como “brancos”, grosso modo, definiam-se a partir de determinados interesses e situações em que a lógica da distinção era

necessária. A organização entorno dos jornais, enquanto “classe dos homens de cor preta”, dava sentido político para a identificação, e não contemplava apenas o viés das disputas entre detentores dos meios de produção e aqueles que possuíam a força física. Nesse caso, a cor estava associada à condição social, embora não fosse sobre determinada por essa.

No final dos anos de 1800 e nas décadas iniciais do século seguinte, “cor” e “raça” eram categorias com significados aproximados, determinados, em parte, pela condição jurídica (livre, liberto, escravo), a cor da pele (branco, mulato, preto), a origem nacional (europeu, filho da terra, africano), o exercício profissional (trabalhador braçal, intelectual, burocrata). Existia uma hierarquia classificatória que adicionava conhecimentos científicas, caracteres somáticos e posição socioeconômica em que os reconhecidos socialmente como “brancos”, automaticamente, eram concebidos como melhores que os “pretos”, “homens de cor”, “negros” ou “índios”. Estas categorias podiam remeter a indivíduos com experiências diferentes, que estavam situados em lugares e tempos diversos, mas carregavam como fundamento de identificação uma lógica que os remetia à mesma origem ou condição social no processo escravista. Por causa disso, a hierarquia das “cores” e das “raças” funcionava como critério e marca classificatória que definia em parte os lugares sociais a serem ocupados de forma naturalizada naquela sociedade.<sup>6</sup>

O parágrafo abaixo, ainda um extrato do editorial do primeiro número d’*O Exemplo*, nos indica o ímpeto transformador e a proposta arrojada dos jovens letrados:

Diante dessa espécie de torpor, dessa letargia, desse marasmo intelectual em que no nosso meio social têm vivido espíritos, aliás aproveitáveis, tivemos a justa aspiração de arrancá-los a essa indolência moral para que juntamente conosco consagrassem uma parte dos seus labores, posto que diminuta, à grandiosa empreitada do porvir e apreciação do presente.<sup>7</sup>

O discurso estava imbuído de certas reivindicações sociais, e continha desejos de um projeto coletivo para mudar a situação de acomodação em que

---

<sup>6</sup> Conforme Guimarães (1999, p. 44), a identificação a partir da cor da pele ainda hoje funciona como uma imagem figurada de “raça”. É o resultado de significados construídos histórica e socialmente no interior de uma ideologia racista preexistente, onde a simples definição de cor ou raça geralmente remete ao mesmo grupo etnoracial que é subalternizado nas relações sociais.

<sup>7</sup> (O Exemplo, 11/12/1892.)

representavam o “meio social” em que viviam. Pode ser caracterizado como um diagnóstico daquela realidade, marcada pelo “torpor, letargia e marasmo intelectual”, que definia o potencial público leitor do semanário. Mais do que isso, era uma realidade que eles tinham a pretensão de mudar a partir do exemplo daqueles que fundaram o jornal, do caráter moralista e educativo que os artigos e colunas sociais mantinham, mas principalmente por meio do incremento da “instrução”, identificada como um dos mais graves problemas a atingir a população negra. O objetivo era retirar da “indolência moral” os “espíritos” com os quais compartilhavam conquistas pessoais para transformar o cotidiano da maioria.

Os receptores do jornal eram representados como estando sujeitos à apreciação moral da sociedade, o que amplia o quadro da recepção do jornal para além do grupo imediato a que se dirigia. Os redatores não escreviam apenas para os seus pares de letrados e demais leitores do meio social a que diziam pertencer. Eles escreviam também para os colegas jornalistas e demais cidadãos que eram convidados a ver os negros de outra perspectiva, não mais restrita aos preconceitos e estereótipos da época anterior. Os negros letrados mostravam-se preparados e buscavam trazer os “irmãos da raça” para o aprendizado do cultivo das “letras” e da “ciência”, entendidas como principais mecanismos que levariam o Estado, antes do que o país, para o conclave dos povos civilizados.<sup>8</sup>

Segundo Silveira (2005, p. 120), no último quartel do século XIX, e no início do século seguinte, o Estado, era:

Visto como exceção etnológica, o Rio Grande do Sul figurava nas reflexões sobre o Brasil mediante descrições que faziam com que ora parecesse cercado pela aura de uma ilha ariana em meio a um mar de mestiços, ora como um risco ou, no mínimo, um desafio à unidade nacional.

A narrativa identitária construída pelos políticos e escritores sul-riograndenses reforçava as representações de Estado mais europeu do Brasil, que havia sido proposta pelos intelectuais do centro do país. Também ratificavam as características que o aproximavam mais aos países platinos do que com o restante dos estados da federação. Embora descritas como sendo exclusividade do

---

<sup>8</sup> Na primeira fase do semanário, de 1892 a 1897, foi noticiado que o jornal possuía 710 assinantes, o que demonstra o interesse pela publicação. Por outro lado, comprova que o jornal era dirigido para uma classe de desvalidos se comparado com o total de pagantes (133), indicando o grau de dificuldade de manutenção do periódico. (O Exemplo, 07/08/1904)

“centauro dos pampas”, a “exceção etnológica” do Rio Grande do Sul com relação aos demais estados, não escapou do cientificismo dos discursos médicos, criminológicos e eugênicos, que passaram a fazer parte dos debates intelectuais em franco diálogo com o que grassava no centro do país. O cultivo das letras e da ciência e os desígnios da “civilização e do progresso”, eram paradigmas europeus que se espalhavam pelo mundo todo.

O diagnóstico da realidade proferido pelos redatores negros era caracterizado como de baixo nível de consciência, imerso na inatividade e indiferença a estímulos exteriores, o que o aproximava dos discursos científicos, médicos, higienistas e criminológicos da época. Os indivíduos nasceriam com predisposições atávicas, geralmente definidas em termos raciais e geográficos que, no caso dos descendentes dos povos africanos, limitariam o entendimento da realidade e o acesso a melhores condições sociais.

As expressões que os redatores do jornal *O Exemplo* se utilizaram, como “marasmo intelectual”, “torpor”, “letargia e indolência moral”, eram expressões com livre trânsito naquela sociedade, geralmente usadas pela elite letrada como atributos que representavam os “pobres da cidade” de forma estereotipada.<sup>9</sup>

A partir de preceitos orgânicos e naturalistas definidos em termos de um organismo vivo, sujeito a doenças e infecções que levavam à prostração e à decadência moral, os pobres eram descritos como elementos nocivos ao convívio social. Devo ressaltar que essa concepção ideológica não se restringia apenas ao plano do discurso, era posta em prática pela sociedade hegemônica representada no Estado de inspiração positivista, que se reconhecia como o principal agente público que deveria tomar medidas profiláticas que resguardassem a ordem, o progresso e a civilização.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Segundo Pesavento (1994), os “pobres da cidade” de Porto Alegre, eram operários, prostitutas, ladrões, criminosos, vagabundos e negros, descritos nos jornais da época como um problema ou “questão social” para ser resolvida no processo de urbanização e industrialização. Embora considere a multiplicidade dos protagonistas da questão social, a autora usou a categoria de *subalternos* para agrupar personagens tão díspares, numa tentativa de escapar ao conceito de classe, o que redundou numa grande confusão entre populares, libertos e proletários. Todos foram reduzidos, mais do que a um mesmo conceito, aos mesmos limites impostos a grupos que tiveram origens étnicas e sociais e opções de inserção social completamente diferenciadas.

<sup>10</sup> Para Schwarcz (1993, p. 58), civilização e progresso eram termos correntes na época, entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais pelos quais todas as sociedades deveriam passar do estágio mais simples ao mais complexo em direção à evolução da humanidade.

Os articulistas do jornal *O Exemplo*, imersos naquele ambiente em que africanos e descendentes eram associados à vagabundagem e ao crime, mantiveram o mesmo vocabulário da elite, mas tinham a pretensão de superar os estereótipos atribuídos ao descrevê-los como “irmãos de cor” e “espíritos aproveitáveis”. Eles demonstravam certo otimismo ao lançarem a proposta de um projeto futuro no qual acreditavam em tempos melhores, com acesso à educação, ao mercado de trabalho assalariado e aos direitos civis. Estavam em processo de adaptação ao período inicial da recém-conquistada liberdade e a intenção era se mostrarem distantes da escravidão. Tinham uma memória do cativo, mas era a partir das perspectivas abertas pela abolição e pela República que eles se apresentavam à classe dos letrados da capital.

Outros tempos exigiam novos atributos sociais e instrumentos de defesa dos seus interesses. A criação de jornais e a busca da unidade política entorno da identificação enquanto “classe dos homens de cor”, se constituíram em artilharias para que entrassem na arena de disputas com os demais grupos.

### **Os “homens de letras” do jornal o exemplo**

Naquela sociedade, a atividade jornalística geralmente iniciava com a fundação e participação num periódico, e era entendida como um sacerdócio, uma vocação que se desenvolvia por toda a vida. Os “homens de letras”, conforme os jornalistas, escritores e políticos se definiam, acreditavam estar imbuídos de uma missão pedagógica e civilizadora. O desejo de todos era construir uma nação e contribuir para incorporar à sociedade as camadas marginalizadas, vistas como perigosas ou ameaçadoras ao progresso. A aceitação e o respeito social passavam muito próximos dos desígnios da dedicação ao trabalho e da instrução, da formação familiar; da moralidade; da vinculação à Igreja e às irmandades católicas; e da vinculação aos ideários políticos da época.

A fundação de jornais constituía um canal informal de participação social e política que, de certa forma, extravasava os anseios por cidadania em geral restritos aos partidos, e passava a reivindicar melhores condições de sobrevivência de forma um pouco mais autônoma. Conforme veremos, muitos daqueles que fundaram *O Exemplo* sofreram as influências dos abolicionistas e dos republicanos de primeira hora, e fizeram a opção política e a reverência necessárias aos grandes “chefes republicanos”.

Os jornalistas d’*O Exemplo* definiram, ao longo do tempo de manutenção do periódico, uma série de estratégias para superar os obstáculos que visualizavam no sentido da integração e ascensão social. Dentre outras, cito: o desenvolvimento da capacidade intelectual, via educação regular e técnica; a adequação ao comportamento desejado por meio do cumprimento das leis e da organização formal das associações; o seguimento de valores estéticos (modo de vestir, corte de cabelo, penteado) dominantes na sociedade; o estímulo ao casamento e ao cumprimento das regras de moralidade; o acesso ao emprego público por meio de seleções e concursos; a vinculação aos partidos políticos e às irmandades católicas.

Os estudos das trajetórias de indivíduos que superaram as desvantagens que a cor e a condição social de origem impunha naquele período, têm demonstrado que boa parte das estratégias acima foram comuns. No pós-abolição do Rio Grande do Sul, tirando a vinculação à maçonaria de “setores médios” negros de Pelotas apontada por Loner (2012), poucas são as diferenças em termos de possibilidades de mobilidade social ascendente. Os intelectuais, jornalistas, funcionários públicos, tipógrafos, artesãos especializados, escrivães, dentre outros, que fizeram parte de uma “classe média negra”, utilizaram todos os mecanismos sociais disponíveis para se inserirem em sociedades excludentes.

As conquistas, embora muitas vezes descritas a partir do esforço individual, se deram pela composição da inserção em redes de sociabilidades prescritas pela cultura e etnicidade negras. Ao acompanhar e desenhar a circulação e os contatos estabelecidos nos meios intelectuais, profissionais, esportivos, carnavalescos e religiosos dos redatores do jornal, comprovamos o grau de legitimidade que alcançaram não só entre os seus, mas perante toda a sociedade. Foram nos espaços sociais e esportivos do meio negro onde assumiram papéis de protagonistas e lideranças que iam de oradores, secretários até presidentes dos clubes recreativos, culturais, bailantes, times e associações de futebol.<sup>11</sup>

As experiências e as conquistas sociais dos mais velhos mostravam os caminhos para a ascensão social que deveriam ser seguidas pelos mais jovens.

---

<sup>11</sup> Nomes em negrito, conforme divulgados em vários espaços do primeiro número do jornal: **Alfredo Cândido de Souza**, **Arthur Ferreira de Andrade**, **Arthur Pinto Gama**, Theodoro **Camilo Laurindo**, **Marcílio** Francisco da Costa **Freitas**, **Aurélio** Viríssimo de **Bittencourt Júnior**, **Sérgio** Aurélio de **Bittencourt**, **Esperidião Calisto** e **Florêncio Calisto**.

Arthur Pinto Gama, por exemplo, foi um dos primeiros do grupo fundador do jornal a conquistar o acesso ao emprego público por concurso.<sup>12</sup> Outro dos mais velhos, Espiridião Calisto, era barbeiro e cedeu com a aquiescência do pai e a colaboração do irmão Florêncio, o pequeno quarto que tinha atrás do local de trabalho da família para o nascimento do periódico.

O endereço do Salão Calisto, reputado espaço que “escanhoava os queixos de muita gente boa e aplicava sanguessugas hamburguesas nos sangues viciados dos enfermos”, estava localizado na principal rua da capital. A Rua dos Andradas, número 247, popularmente conhecida como Rua da Praia, pois ligava as margens do antigo “rio” Guaíba ao centro da cidade, vinha estampada nos primeiros exemplares do jornal como “escritório do diretor de redação”. O centro era o local privilegiado para a circulação das pessoas rumo ao comércio e às repartições públicas da capital do Estado. A Rua da Praia era a sua principal via de circulação de pessoas e mercadorias e espaço social reconhecido pelas manifestações políticas, reuniões cotidianas nas redações dos grandes jornais e encontros amistosos nas livrarias, confeitarias e cafés.<sup>13</sup>

Aqueles que se lançaram à faina semanal do “valeroso órgão de imprensa” tiveram naquele endereço a sua primeira sala de redação e oficina. Segundo memória de um dos fundadores do jornal, as boas e amistosas palestras daquele grupo, “[...] invariavelmente recaiam em comentários acerca do malfadado preconceito de cores, então odiosamente enquistado nos hábitos da população desta leal e valorosa cidade, já a esse tempo usufruidora dos foros de civilizada”.<sup>14</sup> O articulista nos sugere que para a capital atingir “foros de civilizada”, era necessário bem mais do que a cidade crescer, urbanizar e modernizar. A população de Porto Alegre deveria desenvolver hábitos sociais civilizados e superar o hábito do malfadado “preconceito de cores”.

No final do século XIX, a capital do Rio Grande do Sul era habitada por cerca de 60.000 habitantes que davam ares movimentados ao centro urbano com

---

<sup>12</sup> Arthur Pinto Gama foi escrevente do Arsenal de Guerra, escriturário da estrada de ferro Porto Alegre-Uruaiana e “praticante da Pagadoria Provincial”, órgão que depois da República foi transformado em Tesouro do Estado. Ele chegou a ser diretor de uma das seções do Tesouro até aposentar-se em 1921, na época ele possuía 37 anos de serviço público. Pinto Gama morreu aos 58 anos, em 11 de fevereiro de 1922. Cf. (O Exemplo, 12.02.1922); (O Exemplo, 19.02.1922) e “Arthur Gama” (O Exemplo, 13.08.1922)

<sup>13</sup> Para um melhor entendimento sobre a “territorialidade negra urbana” em Porto Alegre e os significados do centro e da Rua da Praia para a população negra, ver: BITTENCOURT Jr., 2010.

<sup>14</sup> “O aparecimento d’O Exemplo”. Artigo de Marcílio da Costa Freitas. (O Exemplo, 02.01.1928)

maior concentração de órgãos do serviço público e administrativo. Porto Alegre espalhava-se pelos arrabaldes, surgiam os arraiais, os subúrbios e a necessidade de novos serviços urbanos como transportes públicos, iluminação, esgotos, segurança pública e equipamentos de educação para o povo.

O Salão Calisto era o local de encontro para palestras diárias que serviram para unir trajetórias pessoais e interesses diversos. Os espaços das redações e oficinas dos jornais negros invariavelmente se constituíram em lugares de encontros quase diários, microcosmos intelectuais para o debate das principais questões daquele tempo. Localizados em pequenas salas nos centros das cidades, serviam para elaborar e discutir os textos que seriam divulgados ou mesmo para imprimir os jornais. Também eram usados para as vendas dos jornais e para as festas íntimas comemorativas das fundações dos periódicos, aniversários dos redatores e demais colaboradores.<sup>15</sup>

Constituíram-se em locais de sociabilidade no período do carnaval, onde recebiam os representantes dos blocos carnavalescos e os tradicionais “assaltos” que iniciavam as “festas de momo”. No dia a dia, serviam de refúgios aos visitantes de outras cidades, parentes e amigos que passavam para conversar em simples “footings” pelas principais ruas, ou que iam à redação do jornal para denunciar as situações racistas e preconceituosas que sofriam.

Na capa do hebdomadário da capital, datada de dezembro de 1902, por exemplo, os redatores (Espiridião Calisto e Tácito Pires) e o gerente (Vital Batista) nomearam de “Batida nojenta” a crônica em que narraram a invasão policial a uma residência localizada na Rua Fernando Machado, número 94. Eram onze horas da noite quando os três redatores de *O Exemplo*, “casualmente”, passavam pela referida rua e viram a atitude dos agentes da lei que naquele momento prendiam a dona da referida moradia. Ela era conhecida pelo nome de Maria Brochado e estava reunida com alguns vizinhos, que foram representados pelos cronistas como “filhos

---

<sup>15</sup> A redação de *O Astro* era localizada na Rua Saldanha Marinho, número 67. O jornal era impresso nas oficinas tipográficas de João Möller (Rua 7 de Setembro, 151 A), que era um dos proprietários do jornal *O Comércio*. Os dois jornais localizavam-se em ruas próximas no centro de Cachoeira do Sul. *O Astro* era um pequeno semanário voltado aos negros da cidade, ao passo que *O Comércio*, como o subtítulo indicava, era “Órgão comercial, noticioso e literário” da elite cachoeirense. Foi nesse periódico, na sua edição de 18 de maio de 1927, portanto, passados três dias do lançamento de *O Astro*, que obtive a confirmação da identidade étnica do quinzenário negro. A publicação dos irmãos Möller divulgou o lançamento do jornal *O Astro* da seguinte forma: “É defensor dos interesses e órgão social do elemento de cor desta cidade”. (*O Comércio*. Cachoeira do Sul, 18.03.1927.)

de africanos”. Segundo o relato, eles foram surpreendidos quando se entregavam ao ofício do culto dos “costumes e crenças” que herdaram de seus pais.<sup>16</sup>

Conforme Costa Franco (2006, p. 169), a Rua Coronel Fernando Machado estava localizada no centro de Porto Alegre, e tinha também a designação popular de *Rua do Arvoredo*, como ficou conhecida desde os primeiros anos de urbanização da cidade. Desde a sua origem no século XVIII, até a troca de nome em 1870, a Rua Fernando Machado foi ocupada por pessoas de “condições modestas”. No início do século XX, havia alguns trechos de estreitamentos no curso da rua que se dirigia para a várzea do Guaíba. O que também foi comprovado por Pesavento (1989), que afirmou que o local estava próximo ao rio, e era maculado pela prostituição com a alcunha de *Beco do Céu*. Eram notórias as movimentações dos plantões policiais da madrugada naquela região, que ficou sendo tradicionalmente reconhecido como um dos “territórios negros” da cidade.

Não há dúvida de que os redatores e o gerente d’*O Exemplo* estavam falando sobre algum culto religioso que tinha a origem no continente africano. Embora eles passassem pelo local “casualmente”, registraram o nome da rua e das pessoas com quem, talvez, tivessem alguma familiaridade. Foi em nome delas que se colocaram frontalmente contrários às atitudes invasivas dos órgãos repressivos do Estado. Posicionaram-se como interlocutores estrategicamente distantes do acontecido, mas com um conhecimento muito próximo da “cena do crime”, constituindo uma narração rara do universo religioso afro-brasileiro divulgada no jornal.

A partir da “nova fase” do jornal, iniciada em 1916, o “grupo mantenedor” d’*O Exemplo* foi formado, entre outros, por: Alcides das Chagas Carvalho, Júlio da Veiga Rabello, João Batista de Figueiredo, João Batista da Silva Júnior, Felipe Batista da Silva, Júlio da Silveira, Clemente Gonçalves de Oliveira, Dario de Bittencourt, Antonio Gonzaga, Antonio Lourenço, Carlos Alberto da Costa e Ulysses Alvaro de Barros. Na sua maioria formado por funcionários públicos de baixo escalão, e um jovem, Dario Bittencourt, que mais tarde se tornaria advogado.<sup>17</sup>

Eles eram geralmente citados como “companheiros”, termo que definia o círculo daqueles diretamente responsáveis pela fundação e manutenção do

---

<sup>16</sup> (O Exemplo, 05.12.1902)

<sup>17</sup> Sobre a trajetória intelectual de Dario de Bittencourt (1901-1974), ver: SANTOS, 2008.

semanário (diretor, redator, gerente). A denominação do “núcleo mantenedor” não se confundia com a dos “auxiliares” que eram os envolvidos com o trabalho subalterno realizado na tipografia ou na distribuição do periódico. Também tinham os identificados como “articulistas” que assinavam colunas na folha e as mantinham de forma regular, e os “colaboradores”, termo que se referia a todos aqueles que escreviam para o jornal de forma eventual. Ainda apareciam nas páginas d’*O Exemplo* as figuras dos “correspondentes” que enviavam notícias e artigos de outras cidades; os “agentes” que eram responsáveis pela cobrança do pagamento das assinaturas na capital e no interior e, finalmente, os “favorecedores”. Estes eram peças chaves no processo de manutenção do periódico, a denominação identificava pessoas que pagavam para receber a publicação em sua casa e para anunciar no jornal.

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Porto Alegre passava dos 100.000 habitantes e o cenário da modernidade impunha-se em todas as direções. A hierarquia e a diversificação das várias atuações do trabalho jornalístico, de certa forma, denotavam a ampliação do mercado de trabalho e modernização da cidade. O jornalismo se modernizava e buscava maior independência dos ditames doutrinários dos partidos políticos.<sup>18</sup>

*O Exemplo* passou a ter oficina própria e um novo formato tablóide com artigos que procuravam cobrir um número maior de questões. O universo daqueles com os quais o semanário dialogava e a busca de novas alternativas para a integração social dos negros também foi ampliado. Foi o tempo em que, dentre outros nomes reconhecidos da intelectualidade gaúcha, escreveram no semanário, Dante Laitano, Jorge Bahlis e Walter Spalding. Era flagrante o interesse dos redatores para que o jornal atingisse um público leitor mais diversificado e obtivesse a credibilidade no meio intelectual do Estado. Nos anos de 1920, o semanário passou a contar com uma série de “representantes” nas principais cidades do interior do Estado, e a reproduzir artigos dos principais jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Evaristo de Moraes, por exemplo, foi um dos articulistas que tiveram seguidas vezes seus textos reproduzidos no semanário de Porto Alegre. A partir do Rio de Janeiro, os seus artigos geralmente eram sobre as experiências que havia

---

<sup>18</sup> Nesse sentido, consultar: SILVA, et. al., 1986.

vivido durante o período da escravidão. Como advogado, muitas vezes tratou de temas relativos aos direitos trabalhistas, também se envolveu nos principais temas da cidadania dos negros, da ascensão social dos “mulatos”, do positivismo e da política republicana. Ele era um crítico contundente da sociedade em que vivia e traçava algumas continuidades sociais e políticas do período da escravidão com aquilo que observava na capital da República. No Rio de Janeiro, ele atuou por quase 70 anos como abolicionista “tribuno da República” e defensor das causas impossíveis.<sup>19</sup>

A respeitabilidade pública dos jornalistas negros, em parte, sustentava-se na aceitação dos valores morais da elite e das classes médias locais. A legitimidade que obtinham na sociedade reforçava a manutenção dos vínculos com o meio popular de origem. A construção dos laços de sociabilidades que extrapolavam os meios sociais e étnicorraciais dos quais eram originários, se dava basicamente a partir da capacidade intelectual e política de colocarem-se em posições de lideranças entre os seus. Era a partir desse reconhecimento que tinham maiores possibilidades de conquistas na arena das disputas para a mobilidade social pretendida.

A maioria daqueles que ascendeu socialmente ao redor do jornal, manteve os laços sociais, políticos e culturais entre parentes e amigos que ficaram nos estratos sociais mais baixos. Talvez tenha sido uma maneira que encontraram de não se verem suspensos em redes sociais onde não eram aceitos, ou, imergir em universos culturais elitizados que lhes diziam tão pouco em termos de realização pessoal.

---

<sup>19</sup> Evaristo de Moraes (1871-1939) foi um intelectual negro carioca muito conhecido em todo o país. Ele foi abolicionista e republicano, e atuava como jornalista e advogado dos operários e das prostitutas da capital do país. Dentre os seus textos publicados n' *O Exemplo*, destaco os dois que foram intitulados: “A ascensão dos mulatos” e “Teixeira Mendes, o positivismo e o abolicionismo”. No último, que foi publicado originalmente no *Jornal do Brasil*, ele reverenciava a memória de Teixeira Mendes, considerado o apóstolo do positivismo que havia recém morrido. No artigo sobre a ascensão dos mulatos, definidos como o resultado da mestiçagem entre negros e brancos, Evaristo traçava um panorama do preconceito racial contra os mestiços desde a escravidão até o início do século XX. Segundo ele, durante a escravidão os mulatos eram tratados na legislação da mesma forma que os negros libertos, apenas no alvorecer do “século das luzes” eles teriam iniciado o processo para a mobilidade social. O que teria ocorrido de forma concomitante ao reconhecimento público de sua importância como um grupo importante para o desenvolvimento do país, malgrado o preconceito ainda persistisse. Cf. (*O Exemplo*, 31.08.1924 e 18.09.1927) Para saber mais detalhes sobre a vida de Evaristo de Moraes, que foi nomeado ainda em vida como “o tribuno da República”, ver: MENDONÇA, 2007.

Os redatores d’*O Exemplo* se mantiveram presente nos espaços culturais em que os negros circulavam, o que os legitimava aos papéis sociais de lideranças e representantes daquele meio. Conforme vou demonstrar a seguir, eles foram mais do que simples mediadores que serviram ao processo de assimilação cultural ou pontes que ligavam universos geralmente vistos como separados ou distantes. Assumiram os lugares de lideranças étnicas preocupadas com a organização política e social do universo do qual eram originários e, com o qual passaram a reelaborar e a difundir uma consciência étnica possível no quadro social e institucional em que viviam.

### **Construindo redes de comunicação na diáspora africana**

Ildefonso Juvenal escreveu o texto abaixo para comemorar a data da abolição da escravatura. Ele era reconhecido como “colaborador” do jornal *O Exemplo* desde 1925, e enviara o texto que fora anteriormente publicado, já há quase um mês, no jornal *Folha Nova* de Florianópolis. Segundo os redatores gaúchos, Ildefonso era um intelectual com credenciais para falar do tema uma vez que:

[...] exerceu elevados cargos na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, sua terra natal, e, presentemente, exerce sua atividade como farmacêutico, da força pública do vizinho Estado, sendo membro proeminente do Centro Catarinense de Letras.<sup>20</sup>

Em preâmbulos como esse eles costumavam enaltecer as trajetórias dos autores e conjugar os atributos intelectuais com os profissionais, era uma forma de legitimar publicamente o que escreviam. A apresentação do autor era corriqueira quando reproduziam um artigo de outro periódico, constituíam-se em verdadeiros editoriais que expressavam a opinião do jornal, vinham estampadas na primeira coluna do lado esquerdo com o título em tipos grandes que abriam a publicação e davam credibilidade às palavras impressas que se seguiam. Para eles, que queriam ser admitidos em grupos de escritores e jornalistas, serem respeitados como

---

<sup>20</sup> Ildefonso Juvenal apareceu pela primeira vez n’*O Exemplo* em 1923. Ele enviou um convite para a redação do jornal convidando para a inauguração da herma em homenagem a Cruz e Souza, a ser realizada em Florianópolis. Passou a ser descrito como “colaborador” a partir de 1925, e começou a enviar artigos, poesias e contos para publicar no semanário. O artigo, “O negro civilizado na voz imparcial da História”, foi publicado em dois números seguidos. (*O Exemplo*, 03.06.1929; 10.06.1929)

intelectuais havia a quase inevitável necessidade de glorificar e ressaltar as suas próprias conquistas individuais. Nesse sentido, eram usados adjetivos que os qualificavam no exercício de “elevados cargos”, em posições de “altas autoridades” e com responsabilidades inauditas.

No caso, embora o autor fosse catarinense, a sua apresentação trazia alguns elementos que ajudam a compor uma tipologia de boa parte das trajetórias dos intelectuais negros que se mantiveram ao redor do jornal *O Exemplo*. A saber, passo a identificar algumas características comuns: a formação escolar inicial ou média, geralmente, lustrada com algum autodidatismo que chegava, em raros casos, aos cursos superiores; o aprendizado prático para o exercício profissional como escritor que, muitas vezes, iniciava no trabalho tipográfico, e logo se vinculava a um grupo literário ou jornalístico; a ascensão social por meio do emprego público, apadrinhamento ou vinculação política.

A principal questão que Ildelfonso Juvenal procurava responder naquele artigo era: “Quem ousará impatrioticamente, negar a honrosa e dignificante, contribuição moral e material do negro para o engrandecimento e glória do Brasil?” Para isso, inicialmente ele se voltava para a experiência bem sucedida das relações raciais brasileira, e a provável influência que esta teria para a resolução do problema racial norte-americano. Juvenal citava o presidente Herbert Hoover quando de sua visita ao Rio de Janeiro que, segundo ele, ficou impressionado com inúmeros “homens de cor” exercendo posições de destaque e confiança em nosso país. Em relato ao correspondente do jornal *Chicago Defender*, o presidente dos Estados Unidos teria afirmado a agradável surpresa de ver almirantes e generais de “cor pretos e brancos congraçados pelos laços admiráveis da igualdade, vivendo irmãmente”, quando da sua participação em um jantar oferecido pelo governo brasileiro.

A intenção de Juvenal era a de afirmar o quanto o “negro civilizado” tinha contribuído para o desenvolvimento da nação brasileira, mas devo chamar a atenção para os seus exageros sobre a provável impressão do presidente Hoover sobre as nossas relações raciais. A experiência norte-americana de segregação racial era muito diversa da nossa, e o seu ponto de vista sobre a cor dos almirantes e dos generais não condizia com a visão racial brasileira. No Brasil havia o reconhecimento público, geralmente comparado com a experiência do país do norte, de que a “questão racial” reduzia-se ao “problema do negro”. O nosso país

não tinha problemas de convivência entre as raças, os negros é que **não** haviam criado possibilidades de integração e ascensão sociais suficientes depois da abolição. Ao contrário dos negros brasileiros, os negros norte-americanos haviam criado mecanismos para acumular “fortuna e civilização”, tinham universidades e “homens ilustres”, mas ficaram em débito quanto ao convívio interracial.<sup>21</sup>

A comparação realizada por Juvenal entre as duas nações, sugeria que as experiências das relações raciais brasileira e norte-americana alcançaram resultados diferentes, uma havia se encaminhado na direção da harmonia racial enquanto a outra no sentido da segregação dos negros. As experiências dos países deveriam ser trocadas entre si e servir de exemplos mútuos para modificar as realidades, tanto para o desenvolvimento sócio-econômico dos brasileiros, quanto para a aproximação racial dos norte-americanos.<sup>22</sup>

Naquele período que antecedeu outubro de 1929, o planeta vivia clima de renovado otimismo depois da Primeira Guerra Mundial que transcendia as fronteiras dos Estados Unidos, país em que Herbert Hoover recém havia sido eleito presidente.<sup>23</sup> Segundo o que deixou escrito Juvenal, era de se esperar que o governo de Hoover fosse o início de uma nova era para o problema racial naquele país, descrito como: “[...] o despontar glorioso do sol da Igualdade”. Ildelfonso Juvenal demonstrava certo entusiasmo também para o Brasil, afinal a sua própria ascensão social trazia elementos que reafirmavam a possibilidade da igualdade

---

<sup>21</sup> O mito do paraíso racial brasileiro, instituído desde o século XIX, e a forma de organização da Frente Negra Brasileira, no início da década de 1930, serviram de exemplos para os negros norte-americanos. O fundador e editor do jornal *Chicago Defender* Robert Abbot, visitou o Brasil em 1923, e teve conhecimento das organizações negras e estabeleceu contatos com a imprensa negra. Segundo Pereira (2010), que se utilizou desse periódico como fonte de pesquisa, entre os anos de 1914 e 1934, foram relacionadas 61 matérias em que o Brasil foi apresentado como o melhor exemplo de harmonia racial, liberdade e igualdade de oportunidades para os negros. O *Chicago Defender* circula entre a população negra dos Estados Unidos desde 1905 até hoje, e continua a reproduzir a ideia de que alguns lugares do Brasil, como Salvador, constituem reservas culturais das africanidades diaspóricas.

<sup>22</sup> A imagem do Brasil como um paraíso racial já circulava há muito tempo entre os abolicionistas norte-americanos, era parte do discurso que usavam para confrontar os escravagistas do sul e seus aliados nortistas. Naquela sociedade bastante religiosa, o exemplo brasileiro, em que escravos e libertos eram tidos como bem tratados, foi usado como estratégia para causar vergonha e contribuir para o arrependimento dos pecados da escravidão e do racismo entre os norte-americanos. Por outro lado, nos escritos dos abolicionistas brasileiros, as relações conflituosas entre brancos e negros nos Estados Unidos eram enfatizadas. O objetivo era reafirmar o entendimento de que apesar da escravidão os senhores daqui eram melhores que os de lá. Cf. AZEVEDO, 2003.

<sup>23</sup> Herbert C. Hoover foi eleito pelo Partido Republicano dos Estados Unidos, em 1928. Órfão desde criança, ele trabalhou e estudou até formar-se na Universidade de Stanford. Hoover enriqueceu como engenheiro de minas e personificou a fé norte-americana na liberdade de oportunidades. A sua trajetória representava a possibilidade de mobilidade social até, pelo menos, o dia 29 de outubro de 1929, quando a bolsa de valores de Nova Iorque quebrou e a economia do país ficou precária. Cf. DIVINE, p. 562-570.

racial, ou talvez a sua esperança fizesse parte do momento político pelo qual passava o país. Havia um projeto político em curso que poderia nascer com o governo a ser eleito no próximo ano.<sup>24</sup>

Conforme procurei demonstrar ao longo do artigo, depois da abolição a esperança por dias melhores, era uma marca indelével nos escritos que nos legaram os jornalistas negros. As primeiras décadas do século XX foram os anos em que o Brasil iniciou o processo de valorização da contribuição cultural que viera do continente africano, e também foi o período em que os negros iniciaram a longa marcha em direção à integração e à mobilidade social no país.

Por outro lado, foi no princípio do século passado que houve o incremento da perseguição aos negros norte-americanos em decorrência da sua ascensão social. Conforme Du Bois (199, p. 64): “O problema do século XX é o problema da barreira racial – a relação das raças mais escuras com as raças mais claras na Ásia e na África, na América e nas ilhas oceânicas”.<sup>25</sup> No alvorecer do século XX, os negros e os brancos estavam ainda mais apartados racialmente que no período anterior da escravidão. A ascensão social e a organização política dos negros norte-americanos serviram de combustíveis para que os racistas sedimentassem a política de segregação racial. Os negros criavam mecanismos de resistência para fustigar o racismo presente naquela sociedade, enquanto boa parte da sociedade trabalhava para mantê-lo.

O entendimento do “problema racial” no Brasil e nos Estados Unidos, embora geralmente se voltasse aos negros para culpá-los pelo racismo e pelas condições desiguais de acesso aos bens produzidos, era definido pelos intelectuais e lideranças negras de forma a relativizar as responsabilidades e conseqüências no meio negro. O problema residia não apenas naqueles que haviam sido escravizados, mas nas relações sociais desiguais estabelecidas a partir do ponto

---

<sup>24</sup> O quadro político nacional encontrava-se polarizado, o governo de Washington Luís tinha planos para a sucessão a partir do presidente de São Paulo, Júlio Prestes. A Aliança Liberal lançava as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa para a presidência da República. Getúlio era ex-ministro da Fazenda e governador eleito do Rio Grande do Sul desde 1927, mas representava a possibilidade de mudanças sociais e políticas naquele momento. Cf. FAUSTO, 2002.

<sup>25</sup> William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963), em 1903, vaticinou que o século que iniciava seria muito difícil do ponto de vista das relações raciais. Ele colocava a Guerra Civil (1861-1865) norte-americana como uma parte fundamental no processo de emergência do problema racial nos Estados Unidos. Segundo ele, todas as iniciativas para a conciliação do país e para a busca da integração social dos negros se deram por meio da criação das Secretarias dos Libertos. Organismos que serviram para melhorar as condições de competição dos negros, mas reproduziram o ódio e o ressentimento dos brancos sulistas contra os negros. Cf. DU BOIS, 1999, p. 63-91.

de vista de quem tinha o poder. Desde o início do processo escravagista em que se passou a usar o africano como simples objeto de troca e venda, passando pela sua representação como ser humano inferiorizado, foi se criando mecanismos psicológicos, sociais e políticos que se disseminaram e reproduziram nas sociedades racializadas em toda a diáspora africana.

Nesse sentido, é pertinente pensar o problema racial no Brasil e nos Estados Unidos não apenas a partir da perspectiva da diáspora africana, aqui entendida como a dispersão (voluntária ou forçada) de africanos por todo o planeta criando novas formas de pertencimento e identificação transnacionais, mas também a partir da “zona de contato”.<sup>26</sup> O que nos permite juntar espacial e temporalmente os diferentes sujeitos históricos que se encontravam anteriormente separados, aproximar descontinuidades históricas e geográficas para que possamos cruzar e aproximar trajetórias individuais e coletivas.

Conforme nos propunha Ildelfonso Juvenal no artigo citado, o “negro civilizado”, portanto, mais do que educado era o que ele desejava ver na “voz imparcial” da nossa história, geralmente restrita a edificar a contribuição negra ao trabalho braçal e não aos afazeres que demandavam o conhecimento e o intelecto. Com o uso da razão mais do que a educação, que envolvia boas maneiras, formas de comportamento e estética (barba aparada, cabelo penteado e roupas adequadas) parecia ser a estratégia para que os negros fossem respeitados naquela sociedade preconceituosa. A “civilização” era expressão da racionalidade ocidental ou a razão universal da qual toda a humanidade deveria partilhar. Naquele universo civilizado deviam comungar conhecimentos, valores estéticos, filosóficos e comportamentais inerentes à elite europeia e, por extensão, à elite brasileira.

A utopia iluminista de um sujeito universal portador da civilização era o princípio comum a todos aqueles que foram aceitos nos foros da intelectualidade brasileira, mesmo os negros que se tornaram respeitados como “homens de letras” comungaram com estes ideais, mas a partir de outro ponto de vista. O recurso estratégico de acionar o exemplo dos negros norte-americanos que foi usado por

---

<sup>26</sup> O recurso metodológico da “zona de contato”, segundo Pratt (1999), enfatiza as dimensões interativas e improvisadas dos encontros que são geralmente ignorados nos relatos de dominação ou submissão. A autora buscava ressaltar os sujeitos e suas constituições recíprocas de trocas interculturais e identitárias nas relações com os outros. A interação, o entendimento da realidade, as trocas, os conflitos e as negociações são inerentes aos contatos, e são estabelecidas mesmo no contexto de relações radicalmente assimétricas de poder.

Juvenal, deslocava o discurso hegemônico de matriz europeia que apenas visualizava aspectos que remetiam à inferioridade. Ele trazia a referência da diáspora africana a partir da experiência bem sucedida da ascensão social dos negros daquele país, em detrimento do discurso que legitimava a supremacia racial branca e a incapacidade intelectual dos afro-descendentes no Brasil.

A experiência dos negros norte-americanos frente ao racismo, quando recuperada por outros intelectuais que não eram da mesma origem étnica e social da qual se projetara Ildefonso Juvenal, podia cair na cilada reducionista de achar que eles estavam confortáveis na situação social e política em que se encontravam. Esse foi o caso do autor do seguinte comentário:

Não se pense que o jornal de Robert Abbott perca o tempo a deplorar preconceitos de raça. O negro-norte americano não quer convencer que é igual ao branco: o seu esforço educativo é no sentido de o superar, pela pureza de costumes, pela bondade, pela força física. Não teme opressões e, acima de tudo, como fator de coordenação moral e aperfeiçoamento físico, orgulha-se do sangue que lhe corre nas veias.<sup>27</sup>

O texto acima é parte de um libelo contra a mestiçagem e o branqueamento dos negros brasileiros. Segundo o autor, o melhoramento da raça podia ser atingido pelo clareamento estético, via produtos de beleza e por meio da cópia dos comportamentos civilizados dos brancos, como teriam feito os norte-americanos. O negro dos Estados Unidos seria melhor que o brasileiro por não ser produto da mestiçagem e sim a amostra da “culminância racial” dos pretos de lá.

O jornal *Chicago Defender*, publicado na cidade em que levava o nome, contribuiria para isso com um grande número de propagandas sobre os produtos de beleza, descritos como: “[...] preparados maravilhosos para tornar lisas as mais emaranhadas carapinhas; essências que extinguem por completo as exsudações mal cheirosas”. Ainda conforme o artigo, a “tez acarvoada” que era comum há anos atrás naquele país, deu lugar a magníficas “Vênus de jambo” que eram resultados dos institutos de ginástica feminina e dos produtos de beleza.

O texto estava repleto de estereótipos sobre os descendentes dos africanos, dentre os quais, cito: eles eram mal cheirosos, moralmente instáveis e

---

<sup>27</sup> O texto foi assinado por Alexandre da Costa e originalmente publicado no *Correio do Povo*, em 30 de outubro de 1928. Cerca de dois meses depois o artigo foi reproduzido no jornal *O Exemplo* sob o título de: “A potência negra dos Estados Unidos”. (O Exemplo 02.01.1929)

tinham as mais emaranhadas carapinhas; deveriam “purificar os costumes” para superar, por meio da bondade e da força física, todos os preconceitos de raça que os impediam de avançar socialmente. A caracterização proposta pelo autor era preconceituosa em relação aos negros em geral, o artigo não considerava a diversidade nem a capacidade individual, dirigia-se ao grupo étnico identificado por uma base comum racializada onde não existia qualquer diferença. O “problema dos pretos” dos Estados Unidos era apenas uma questão de aprimoramentos estético e físico que havia sido resultado, ao contrário do nosso caso, das relações raciais sem mestiçagens ou “clarificações”.

Os negros norte-americanos foram representados no *Chicago Defender*, provavelmente a partir da perspectiva da auto-afirmação étnica e das possibilidades para a integração e ascensão social. Por sua vez, eles foram rerepresentados pelo autor como modelos a serem seguidos pelos negros brasileiros. Ele advogava que os negros deveriam progredir economicamente e depois procurar a igualdade política e social. Não deveriam perder tempo a “deplorar preconceitos de raça”, o que deixava explícita a estratégia da acomodação e da submissão no sentido da despolitização daqueles que se organizavam na defesa dos seus direitos.<sup>28</sup>

Devemos entender como os redatores negros reproduziram um texto que poderia depor contra a luta que empreendiam, em prol da construção de uma identidade negra positiva. As respostas a essa questão geralmente têm como fundamento a consideração de que os negros estavam imersos numa sociedade em que os modelos de beleza e comportamento, de origem européia, ditavam as regras sociais, o que inviabilizaria qualquer tentativa de reflexão em outro sentido. Por outro lado, as estratégias políticas e a diversidade cultural foram mantidas mesmo com as diferenças em termos de condições de reprodução e representação social entre negros e brancos, do mesmo modo em que a opção pela integração

---

<sup>28</sup> No final dos anos de 1920, ainda estava em discussão no movimento negro dos Estados Unidos a estratégia de integração racial proposta por Booker Tagliaferro Washington (1858-1915). Ele nasceu escravo no estado da Virgínia, foi educador e o principal líder negro no país até a morte. Washington escreveu 11 livros em que narra, na tradicional forma da autobiografia afro-americana, suas conquistas pessoais e propõe a formação técnica e profissional como a principal estratégia para a ascensão do povo negro. A sua postura pragmática e moderada lhe rendeu o livre trânsito entre as principais autoridades políticas do país, ao mesmo tempo em que o seu discurso conciliatório foi motivo de crítica pelos intelectuais negros que o sucederam. Ele foi acusado de estimular os negros para que desistissem de lutar na arena da defesa dos direitos civis, de colaborar para despolitizar o movimento negro e implementar a segregação racial. Cf. DU BOIS, 1999.

racial tem sido um ideal político que tem fortalecido as diferenças e estimulado o respeito entre os grupos étnicos.

No início do século XX, ao refletir sobre as suas próprias experiências pessoais e sobre a situação social do negro norte-americano, W.E.B. Du Bois (1999, p. 54) alertava para o “véu invisível” que toldava a sua visão de mundo. Segundo ele, a sensação de ser visto como um problema para a sociedade dos Estados Unidos, era uma sensação estranha de fazer parte de:

[...] um mundo que não lhe concede uma verdadeira consciência de si, mas que apenas lhe permite ver-se por meio da revelação do outro mundo. É uma sensação estranha, essa consciência dupla, essa sensação de estar sempre a se olhar com os olhos de outros, de medir sua própria alma pela medida de um mundo que continua a mirá-lo com divertido desprezo e piedade. E sempre a sentir sua duplicidade – americano, e Negro; duas almas, dois pensamentos, dois esforços irreconciliados; dois ideais que se combatem em um corpo escuro cuja força obstinada unicamente impede que se destroe.

A retórica pungente de um dos maiores líderes da história dos negros nos Estados Unidos, que foi reconhecido em vida como o principal teórico e iniciador do panafricanismo, nos leva a refletir sobre o destino reservado à maioria dos negros. Eles seriam apenas colaboradores no reino da cultura, enquanto aos intelectuais negros restava o papel político de assumirem-se como lideranças? Acredito que não havia fronteira intransponível, mesmo para aqueles que estavam presos num “corpo escuro”, o limite e o desafio era o de superar a sua própria condição de duplicidade.<sup>29</sup>

Os negros que levantavam o véu da indiferença com relação a sua origem e visualizavam a história comum com os demais irmãos da diáspora, administravam o conflito interno da condição de portadores da “dupla consciência”. As compreensões de mundo que foram historicamente construídas entre grupos culturalmente distintos, os tornavam criadores e criaturas das suas próprias existências. Esse era o legado que de forma concomitante e paradoxal, tanto

---

<sup>29</sup> Isso obviamente se considerarmos a possibilidade da superação a partir do ponto de vista individual. Não podemos desconhecer os limites ou determinismos expressos na construção social, no início do século passado, por exemplo, linchava-se por semana uma média de dois negros nos Estados Unidos. O terror foi o principal meio para obrigar o negro do sul do país a retornar para o seu papel servil, foi o período em que se desenvolveu o sistema Jim Crow e em que os negros foram sistematicamente proibidos de votar, dentre outras proibições sociais e perseguições políticas. Cf. SILBERMAN, 1967.

distanciava como aproximava os intelectuais negros das visões de mundo da sociedade como um todo.

Du Bois, assim como os demais intelectuais negros da diáspora, simplesmente desejava ser reconhecido como negro e norte-americano ao mesmo tempo. Não desejava ser amaldiçoado e cuspido por seus camaradas, nem ter as portas das oportunidades brutalmente batidas no seu rosto, e nem ser visto como assimilado pela cultura e a civilização superiores. O momento privilegiado em que os redatores da imprensa negra tomavam consciência da sua condição de duplicidade iniciava com o acesso à instrução, passava pela ascensão social, pela assunção da sua negritude e pelo reconhecimento da história que os levava a remeter-se ao continente africano como o lugar de onde vieram.

A partir do dia em que levantavam o véu da inconsciência, se voltavam ao seu meio de origem e passavam a combater o preconceito e a discriminação raciais. Buscavam estratégias como grupos organizados para construir uma memória social que se encontrava imersa no caldeirão da nacionalidade. Eles assumiam os seus lugares como reservatórios da moralidade e fortaleciam o discurso da diversidade ao mesmo tempo em que lutavam pela integração à sociedade.

Nesse sentido, o pressuposto da reiterada “consciência negra” é um eterno vir a ser, não há uma condição de plenitude que a consagre no passado nem no presente, é um tipo ideal proposto pelos intelectuais negros que buscam subverter a lógica da “dupla consciência”. O dilema de assumir a identidade negra ou branca é um falso problema quando se assume a etnicidade, aqui entendida como o resultado de um processo que apresenta homogeneidade cultural, histórica e de origem, em constante construção e que se define ou anula conforme o contexto social e a condição racial do indivíduo. A ampliação dos conceitos de cultura e identidade negra demonstram que é no processo ascensional que muitos negros redescobrem, e tentam incorporar na sua vida, os símbolos da cultura negra. Alguns passam a demonstrar maior orgulho da sua cor e de sua ascendência negra quando aportam no mundo do consumo, espaço onde a negritude tem sido cada vez mais valorizada como aspecto distintivo do indivíduo que ascendeu socialmente.

A explicação da reprodução do artigo no jornal *O Exemplo* deve ser buscada no próprio texto, que era paradoxal ao colocar-se contra a mestiçagem, assim como no contexto que definia a miscigenação como a ideologia dominante

no país naquele momento. Essa contradição talvez cativasse alguns redatores do semanário que se voltavam para as raízes negras sem mestiçagens ou “clarificações”. Por outro lado, a representação que o autor propunha para os negros oferecia uma “coerência imaginária” para as identidades em construção no Brasil, em que o próprio título do artigo, – “A potência negra dos Estados Unidos” – , indicava a positividade do tema para aqueles que eram representados como inferiores. O negro norte-americano devia se orgulhar do sangue que corria nas suas veias e ter como objetivo superar os brancos, aspectos que poderiam tornar-se possibilidades políticas de reforço étnico aos elementos da diáspora que aqui residiam. Eles estavam informados que a realidade social e a opressão política contra os negros nos Estados Unidos eram duríssimas, e que a propalada harmonia racial brasileira fazia parte da propaganda enganosa que servia aos desejos políticos divulgados tanto lá como aqui.<sup>30</sup>

Os redatores d’*O Exemplo* publicaram algumas reportagens que reproduziam informações sobre as organizações negras que se criavam nos Estados Unidos. Foi este o caso do congresso de negros que estaria acontecendo em Nova Iorque, em setembro de 1924, sob os auspícios da “Associação Universal para melhorar a sorte dos negros” que tinha como principal objetivo, segundo o semanário: “[...] formar uma vasta união política destinada a proteger e a fazer respeitar os direitos da raça negra”.<sup>31</sup> Eles informavam que o congresso estava composto por milhares de participantes oriundos do mundo inteiro, principalmente dos Estados Unidos, das Índias Ocidentais e da África do Norte.

O evento foi realizado sob a liderança de Marcus Garvey que emigrara para os Estados Unidos em 1916, e organizava o primeiro movimento de massas no país ao vislumbrar a possibilidade da construção de um “mundo negro”.<sup>32</sup> O apelo de

---

<sup>30</sup> No texto, “A fórmula igualitária para resolver a questão racial americana”, eles comentavam o que havia sido publicado no *Chicago Defender* sobre a visita do presidente norte-americano ao Brasil. Não deixavam dúvida sobre a intenção da imprensa norte-americana em usar o exemplo da nossa “igualdade racial” com fins políticos para aquela nação, era conveniente para os periodistas negros de lá, embora não fosse verdadeiro para os brasileiros,. (O Exemplo, 18.02.1929)

<sup>31</sup> A Associação Universal para o Progresso dos Negros (Universal Negro Improvement Association – UNIA), tinha como principal objetivo reconduzir os negros à sua pátria de direito: a África. “Um congresso monstro de negros”. (O Exemplo, 28.09.1924)

<sup>32</sup> Marcus Garvey (1887-1940) nasceu na Jamaica e viajou pelo Caribe e pela América Central antes de iniciar a organização da UNIA nos Estados Unidos. Com a frase, “África para os africanos”, ele iniciou intensa mobilização para que os negros se livrassem da inferioridade e cultivassem uma identidade positiva. Um dos métodos utilizados foi rasgar as imagens religiosas que remetiam ao universo anglo-saxão e substituí-las por versões negras. Ele criou uma companhia de navios, *Black Star*, para iniciar a migração em massa dos negros

Garvey pela unidade africana e pelo orgulho racial, levou às ruas milhões de negros que responderam vivamente aos seus discursos. Ele era considerado um herói para os negros pobres e analfabetos das grandes cidades norte-americanas, ao mesmo tempo em que era acusado de charlatão e demagogo por alguns intelectuais negros.<sup>33</sup>

As informações sobre a instalação “do maior congresso negro do mundo” e da liderança de Marcus Garvey, publicadas n’ *O Exemplo*, demonstravam certo orgulho pela organização dos negros norte-americanos. A trajetória de Garvey era retomada desde a sua juventude na Jamaica quando ele fundou um jornal para defender a “[...] igualdade das raças, tornando-se no mundo negro uma sumidade desde o dia em que organizou essa associação universal”. Também lembravam que ele era acusado na França e nos Estados Unidos por se apossar dos recursos de alguns investidores a partir de manobras fraudulentas. Os redatores pareciam querer demonstrar que eram isentos ao passar as informações, mas não há dúvida de que comungavam com boa parte do que noticiavam. O nome de Marcus Garvey corria o mundo como um profeta que libertaria os negros da condição de inferioridade em que se encontravam, ele passou a ser reverenciado não em termos de conquistas práticas, mas como liderança que propunha uma consciência racial transformadora.

O interesse da imprensa negra mais meridional do país naquilo que acontecia no “mundo negro” fazia parte da realidade em que viviam. As trocas internas e transnacionais que chegavam e saíam por meio de viajantes, de jornais e do telégrafo, envolviam aprendizados e expectativas de atuação política comuns.<sup>34</sup> As organizações negras que se voltavam à instrução e à defesa dos direitos civis pontuavam nas principais cidades dos Estados Unidos e do Brasil, e

---

para a África. No auge de sua popularidade, ele teria atingido a marca de 4 milhões de seguidores, que estariam interessados em abandonar as Américas e tornar-se “novos negros” no continente africano. Cf. CASHMORE, 2000, p. 227-230.

<sup>33</sup> Garvey autoproclamara-se presidente provisório da República Africana, cargo que ocuparia tão logo criasse o país. Ele também aparecia em público com um uniforme e um chapéu de plumas, e se fazia acompanhar de deputados que usavam títulos como os de Supremo Potentado, dentre outros.

<sup>34</sup> No mesmo exemplar em que é anunciada a forma de atuação do Centro Cívico Palmares (1926-1929), voltado para organização política, cultural e educativa dos negros paulistas, também é relatada a viagem de Dario de Bittencourt à cidade de São Paulo. Ele era advogado e havia viajado à trabalho, como era um dos principais redatores do jornal aproveitou para circular entre os paulistas e trazer a contribuição de contistas e poetas para o semanário gaúcho. É possível que tenha conhecido alguns jornalistas negros que passaram informações sobre o Centro Cívico Palmares, entidade que é reconhecida como a precursora da Frente Negra Brasileira (1931-1937). “Pela união dos homens de cor em São Paulo”. (*O Exemplo*, 01.04.1929)

foram saudadas como iniciativa dos “irmãos de raça” que se voltavam para “elevar os destinos de nossa gente”.

Nos jornais negros meridionais de 1892 a 1930, como de resto em toda a imprensa negra brasileira, circulavam desejos de um mundo melhor e tentativas de definições identitárias aglutinadoras. São registros de projetos políticos e estratégias de ação que percorriam e eram nutridos também na diáspora africana.

## **Bibliografia**

AZEVEDO, Célia M. Marinho de. **Abolicionismo**: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX). São Paulo: Annablume, 2003.

BITTENCOURT Jr., Iosvaldyr C. **Territorialidade negra urbana**: a evocação da presença, da resistência cultural, política e da memória dos negros, em Porto Alegre, delimitando espaços sociais contemporâneos. POSSAMAI, Zita R. (Org.). Leituras da cidade. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. SP: Summus, 2000.

DIVINE, Robert A. et. al. **América passado e presente**. RJ: Ed. Nórdica, 1992.

DOMINGUES, Petrônio. **A “Vênus Negra”**: Josephine Baker e a modernidade afro-atlântica. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan.-jun. 2010. p. 95-124.

DU BOIS, William E. B. **As almas da gente negra**. RJ: Ed. Lacerda, 1999.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Ed. da USP, 2002.

FLOR, Cauê G. **O conceito de diáspora africana como argumento para descentrar a identidade negra**. Ambivalências, vol. 5, n. 9, p. 148-171, jan.-jun., 2017.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GARCIA, Fábio. **Negras pretensões. A presença de intelectuais, músicos e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do século XX**. Florianópolis: Ed. Ubutu, 2007.

GERMANO, Iris G. **Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia**: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40. Mestrado em História. Porto Alegre, UFRGS, 1999.

GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. RJ: Jorge Zahar Ed., 2005.

GUIMARÃES, Antonio S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. SP: Editora 34, 1999.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

JUVENAL, Ildfonso. **Fritz Müller e seu discípulo Cruz e Sousa**. O Estado. Florianópolis, 5 de novembro de 1961.

LAZZARI, Alexandre. **Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)**. Doutorado em História. Campinas, Unicamp, 2004.

LONER, Beatriz Ana. Trajetórias de “setores médios” no pós-emancipação: Justo, Serafim e Juvenal. Xavier, Regina C. L. (Org.). **Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise**. São Paulo: Alameda, 2012.

MENDONÇA, Joseli M. N. **Evaristo de Moraes, tribuno da República**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2007.

PEREIRA, Amilcar A. **“O Mundo Negro”**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Doutorado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.

PESAVENTO, Sandra J. **Os pobres da cidade: vida e trabalho, 1880-1920**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. **A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; FAPERGS, 1989.

PINTO, Ana F. M. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. SP: Selo Negro, 2010.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história**. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Doutorado em história. Porto Alegre: PUCRS, 2011.

\_\_\_\_\_. Raiou **A Alvorada**: intelectuais negros e imprensa. Pelotas: Editora UFPEL, 2003.

\_\_\_\_\_. **A eminência duplamente parda: o Curriculum Vitae de Dario de Bittencourt**. BAKOS, Margaret M. Escritas íntimas, tempo e lugares de memória: a documentação pessoal como fonte para a história. Porto Alegre: Palier, 2008.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SILVA, Jandira M. M. da, CLEMENTE, Elvo e BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul rio-grandense**. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SILVEIRA, Éder. **A cura da raça**: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2005.

SPITZER, Leo. **Vidas de entremeio**: assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

XAVIER, Regina C. Lima. Raça, classe e cor: debates em torno da construção de identidades no Rio Grande do Sul do pós-abolição. FORTES, A. ... [et. al.]. (Orgs.) **Cruzando fronteiras**: novos olhares sobre a história do trabalho. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

---

**José Antônio dos Santos**

Doutor em História das Sociedades Ibéricas e Americanas na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2011), Mestre em História Social na Universidade Federal Fluminense (2001), Licenciado e Bacharel em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1997)

---